**Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP**

**Superintendência de Participações Governamentais**

SÚMULA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

SÚMULA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 19/2020

**Assunto:**Súmula e Resultado da Solenidade da Audiência Pública nº 19/2020, acerca da minuta de resolução que dispõe sobre a redução da alíquota de royalties de petróleo para pequenas e médias empresas regidas pelo regime de concessão.

**Ato:**

O Aviso de Consulta e Audiência Públicas foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 4 de novembro de 2020 (0993103) e divulgado na internet pelo site da ANP: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/consultas-e-audiencias-publicas/consulta-audiencia-publica/consulta-e-audiencia-publicas-no-19-2020> .

**Data e Local:**

A solenidade de Audiência Pública realizou-se no dia 3 de março de 2021, com início às 10 horas e 15 minutos e término às 12 horas e 27 minutos, por meio de videoconferência.

**Participantes:**

**Mesa:**

A Mesa da Audiência Pública foi composta por:

* Thiago Neves de Campos, Superintendente de Participações Governamentais da ANP e Presidente da Audiência Pública;
* João Henrique Lima do Nascimento, Assessor Técnico de Royalties e Secretário da Audiência Pública; e
* Isabela de Araújo Lima Ramos, Procuradora, representando a Procuradoria Federal junto à ANP.

**Ouvintes:**

Estiveram presentes na sala virtual da Audiência Pública 45 participantes, conforme lista de presença disponível no documento SEI nº 1224799.

A Audiência Pública também foi transmitida ao vivo por meio do canal da ANP no site do Youtube.

**Expositores:**

Com inscrição antecipada de expositor para a Audiência, conforme formulário de inscrição disponibilizado no site da ANP, em ordem de inscrição:

* Pedro Alem Filho - IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis;
* Fernando Xavier – Comissão de Petróleo da OAB/RJ; e
* Anabal Santos Jr. e Rômulo Florentino – ABPIP – Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo.

**Objetivo:**

A Audiência Pública foi realizada com o objetivo de coletar subsídios e informações adicionais sobre a minuta de resolução que dispõe sobre a redução da alíquota de royalties de petróleo para pequenas e médias empresas regidas pelo regime de concessão. Além disso, intentou-se propiciar aos agentes econômicos a possibilidade de apresentação de seus pleitos, opiniões e sugestões acerca do assunto tratado na minuta de resolução e identificar, de forma ampla, todos os aspectos relevantes à matéria objeto da audiência pública, bem como dar publicidade, transparência e legitimidade às ações regulatórias da ANP.

Previamente à Audiência Pública, foi realizado um processo de Consulta Pública pelo período de noventa dias, tendo início no dia 5 de novembro de 2020, para apresentação de sugestões por parte da sociedade civil.

As críticas e sugestões recebidas durante o período de Consulta Pública foram disponibilizadas na internet pelo site da ANP e apensadas ao processo administrativo correspondente no documento SEI n° 1160216.

**Fatos:**

A Audiência Pública teve início às 10 horas e 15 minutos do dia 3 de março de 2021, pelo Presidente da Audiência, sr. Thiago Neves de Campos, Superintendente de Participações Governamentais, que saudou os participantes e apresentou um breve histórico sobre o tema da audiência. O Presidente informou o objetivo do evento, que consistia em receber as contribuições finais dos interessados no assunto proposto.

A abertura da Audiência Pública foi realizada pelo Diretor da ANP, sr. Dirceu Cardoso Amorelli Junior, dando boas-vindas a todos os participantes. O Diretor destacou que a redução da alíquota da royalties para pequenas e médias empresas atenderia aos interesses da Política Energética Nacional e parabenizou o corpo técnico da Superintendência de Participações Governamentais pelo trabalho desenvolvido; defendeu que a proposição do tema tinha a importância de se evitar o abandono precoce dos campos e que o Nordeste seria uma das regiões mais beneficiadas pela redução da alíquota de royalties para pequenas e médias empresas; e ao final, salientou o importante papel da sociedade nesse tipo de discussão proposta pela ANP.

Em seguida, o Presidente da Audiência Pública informou a composição da Mesa, os objetivos da audiência, as orientações gerais e a programação do dia, passando a palavra ao Secretário, sr. João Henrique Nascimento.

João Henrique saudou os participantes e informou a agenda da sua apresentação técnica. Ele apresentou um histórico do tema desde de 2003 até o ano de 2021, descreveu o potencial impacto na extensão da vida útil de um campo com a redução da alíquota de royalties para pequenas e médias empresas e dissertou sobre as premissas que embasam a adequação da alíquota de royalties, assim como sua base legal. Além disso, fez uma breve avaliação dos impactos, abordou a definição de empresas de pequeno e médio portes, de acordo com a Resolução ANP nº 32/2014, e elencou as empresas listadas na atualização de mar/2021.

Sobre a Minuta de Resolução, João Henrique apresentou os principais pontos e informou quais empresas e entidades haviam encaminhado contribuições para a Audiência Pública. Posteriormente, ele esclareceu as etapas que seriam cumpridas após a avaliação das contribuições recebidas, quais sejam: elaboração de minuta de resolução atualizada, avaliação pela Procuradoria Federal junto à ANP e Deliberação da Diretoria Colegiada da ANP.

As apresentações realizadas pelo Presidente e pelo Secretário da Audiência Pública estão disponíveis no documento SEI nº 1215273.

A palavra retornou ao Presidente, que comentou alguns pontos da apresentação técnica e destacou que o objetivo era dar maior agilidade ao processo, para que fosse possível implementar o incentivo às empresas com a devida celeridade.

O Presidente da Audiência Pública abriu espaço para os expositores inscritos.

O representante do **IBP**, sr. Pedro Alem Filho,  agradeceu o espaço cedido pela ANP e iniciou sua exposição informando que devido a problemas operacionais, as contribuições do IBP não foram encaminhadas para o e-mail correto durante o período de Consulta Pública, por isso, as contribuições formais do IBP estariam reproduzidas no final da sua apresentação. Sobre a minuta de resolução em debate, comentou que a proposta era muito importante, apesar de julgar que precisaria de alterações. Sugeriu que fosse alterada a Resolução ANP nº 32/2014, por julgá-la obsoleta; e que se considerasse 7.000 boe/d para classificação de uma empresa como pequena e até 40.000 boe/d para classifica-la como média empresa. Posteriormente, apresentou a avaliação do impacto dos limites de produção sugeridos na produção onshore e offshore pós sal, onde destacou que menos de 4% da produção nacional seriam incentivados pelos limites de produção sugeridos; comentou sobre benefícios para a sociedade gerados pelo incentivo e defendeu a redução da alíquota para 5%, tanto para pequenas quanto para médias empresas; sugeriu alteração do termo “redução” para “adequação”. Por fim, passou rapidamente os slides com todas as contribuições que seriam enviadas na Consulta Pública e agradeceu pela atenção dos participantes.

O representante da **Comissão de Petróleo e Gás da OAB/RJ**, sr. Fernando Xavier, iniciou saudando a celeridade da ANP no andamento da nova resolução proposta e a qualidade do material; sugeriu a alteração da definição de pequenas e médias empresas, segundo a RANP32/14; defendeu que a adequação da alíquota de royalties deveria ser aplicada proporcionalmente à participação de pequenas e médias empresas nos consórcios,; sugeriu que não se fosse levado em conta os ativos das empresas no exterior e que a aplicação da adequação da alíquota de redução de royalties deveria retroagir à data do pedido do incentivo; informou ser contrário ao uso do termo “benefício” e a vinculação do incentivo à comprovação de adimplência fiscal da empresa. Por fim, reforçou a importância do incentivo para os campos marginais.

O representante da **ABPIP,** sr. Anabal Santos Jr., expôs que considerava a adequação da alíquota de royalties uma correção ao que ele definiu como distorção nos percentuais da alíquota; e informou que, em 2014, a ABPIP recomendou classificação de pequenas e médias empresas diferentemente da definição atual, passando a palavra ao sr. Rômulo Florentino.

O sr. Rômulo Florentino, também representando a ABPIP, iniciou a sua exposição salientando que não encarava a nova regulação como um benefício, mas como uma adequação de condições setoriais, destacando a necessidade de celeridade na implementação das medidas; sugeriu a revisão da Resolução ANP nº 32/2014, atualizando os parâmetros de enquadramento de porte para 7mil boe/d para pequenas empresas e 40 mil boe/d para médias empresas; defendeu a redução da alíquota de royalties de acordo com a especificidade dos ativos, utilizando como exemplo a TPC08/2018; sugeriu o enquadramento automático das empresas elegíveis na implementação da redução da alíquota de royalties, a exclusão da checagem da adimplência fiscal e trabalhista e a alíquota de 5% para todos os campos qualificáveis.

Assim, durante a Audiência Pública foram apresentadas 30 contribuições, sendo 24 do IBP, 3 da Comissão de Petróleo e Gás da OAB/RJ e 3 da ABPIP. ​

As apresentações realizadas pelos expositores e as contribuições recebidas estão disponíveis no documento SEI nº [1215273](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=1325106&id_procedimento_atual=942261&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000021&infra_hash=b01ec3022fd2276064c0e41b9cc7652773c42b973967291829b0e2d8a7ae6f86).

Após a exposição da ABPIP, o Presidente da Audiência informou que o Brasil possui um mercado concentrado em grandes campos, de forma que dez deles concentram 90% da arrecadação e, por esse motivo, o impacto da nova regulação não seria tão grande, como destacado pelos expositores; ressaltou que a checagem da adimplência fiscal e trabalhista é uma condição para qualquer contração junto à União e que a inovação regulatória desse critério em um normativo tem a finalidade de se evitar qualquer futuro embaraço interpretativo.

Foi indagado à Procuradora da Audiência Pública, sra. Isabela de Araújo Lima Ramos, se haveria algum comentário ou observação a proferir até aquele momento.  A Procuradora informou que estava de acordo com a condução do Presidente ao assunto em questão e que faria suas considerações na parte final da Audiência. Sendo assim, o Presidente abriu espaço para os demais participantes da Audiência Pública.

O representante da ABPIP, sr. Anabal Santos Jr., comentou que a redução da alíquota de royalties para pequenas e médias empresas acarretará em aumento da arrecadação de royalties; considerou que a perda de arrecadação entre 3 e 5% é uma distorção, dado que, em termos absolutos, ela seria menor; teceu comentários sobre os mecanismos de checagem da regularidade fiscal e trabalhista, em prol da celeridade doo processo.

O Presidente da Audiência comentou que, de fato, a redução da alíquota de royalties potencialmente resultará em um balanço positivo para a economia da região e abriu espaço para os expositores acrescentarem algo, se julgassem necessário, o que não ocorreu.

Em seguida, a Procuradora da Audiência Pública comentou estar satisfeita com as manifestações, ressaltando ser legalmente necessário que o concessionário demonstre interesse no incentivo; que a regularidade fiscal e trabalhista é requisito mínimo para contratos com a Administração Pública; e que, além de uma obrigação legal, é um dever de cidadania. Por fim, informou que todas as contribuições serão analisadas pela Superintendência de Participações Governamentais e pela Procuradoria Geral da ANP.

Às 12 horas e 27 minutos, o Presidente encerrou a Audiência Pública, agradecendo a todos os envolvidos no evento e na construção da Minuta de Resolução.

|  |  |
| --- | --- |
| **C:\Users\lvarella\AppData\Local\Microsoft\Windows\INetCache\Content.MSO\34975D4C.tmp** | Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO PAIM VARELLA**, **Analista Administrativo**, em 24/03/2021, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm). |

|  |  |
| --- | --- |
| **C:\Users\lvarella\AppData\Local\Microsoft\Windows\INetCache\Content.MSO\5A2D4D3A.tmp** | Documento assinado eletronicamente por **JOAO HENRIQUE LIMA DO NASCIMENTO**, **Especialista em Regulação**, em 24/03/2021, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm). |

|  |  |
| --- | --- |
| **C:\Users\lvarella\AppData\Local\Microsoft\Windows\INetCache\Content.MSO\EA723958.tmp** | A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0>, informando o código verificador **1215488** e o código CRC **0200E523**. |